

Como narrar a história da Revolução Russa no seu centenário?

MARTÍN BAÑA¹

NÃO É UM CONTEXTO favorável para evocar a Revolução Russa. Não é pelo menos na América Latina, onde em vários países a direita voltou ao poder e as experiências progressistas atravessam diversos níveis de crise. Mas também não há um contexto favorável no berço da Revolução. A Rússia de Vladimir Putin, que se caracterizou por reconstruir o papel do Estado e por recolocar a nação russa na geopolítica mundial, prefere recordar mais os feitos políticos e econômicos da ordem soviética do que o “caos” e a “instabilidade” dos tempos da Revolução. Há pouco tempo, o presidente russo responsabilizou o próprio Lenin por haver armado, com suas ideias, as bombas que destruíram a URSS. E já se vai mais de uma década desde que o feriado de 7 de novembro, que evocava a “Grande Revolução Socialista de Outubro”, foi substituído por um oportuno “Dia da Unidade e Reconciliação” e se tornou um dia útil. Por sua vez, muito perto dessa data, colocaram um outro feriado, conhecido como o “Dia da Unidade Nacional”, proposto pela Igreja Ortodoxa em 2004 para celebrar a derrota dos poloneses em 1612 e o fim dos Tempos Turbulentos.

Tendo em vista 2017, o Kremlin decidiu que a Revolução deve ficar dentro dos muros acadêmicos, e ali os historiadores devem pesquisar, “de modo honesto e objetivo”, o que aconteceu no passado, para, assim, contribuir com a harmonia do presente. Efetuada a limpeza da Revolução, as festividades importantes dedicaram-se a celebrar, sem gerar nenhum tipo de contradição, a vitória do Exército Vermelho sobre os nazistas ou o nascimento da dinastia Romanov. O nacionalismo se impõe sobre a Revolução. Assim, por exemplo, a Guerra Civil é vista como um combate pela grandeza da Rússia: imperial para os brancos, soviética para os vermelhos. Ao assinar um decreto que recomenda à Sociedade Histórica Russa a formação de um comitê organizador da comemoração e encarrega o Ministério da Cultura da coordenação dos atos, Putin advertiu: “Não podemos arrastar até os nossos dias as divisões, ódios, afrontas e a crueldade do passado. Precisamos lembrar que somos um povo unido. Um só povo. E só há uma Rússia”. Em grande medida, a revolução de 1917 é uma tragédia a ser evitada. Tendo por base uma visão nacional-conservadora, a prioridade para o presidente russo é preservar “a atual concórdia política e civil”. Os traços democráticos e subversivos da Revolução não atraem as simpatias de um regime

autoritário como o de Putin, e o cosmopolitismo e o antimilitarismo de um líder como Lenin colidem com o novo nacionalismo do Kremlin.

Cem anos depois, a memória da Revolução Russa se defronta com um clima social que lhe é, se não hostil, ao menos indiferente. Contudo, quando as condições de vida ainda continuam a ser, em vários sentidos, as mesmas que animaram centenas de milhares de russos a rebelar-se em 1917, é vital remeter a ela não apenas para compreender melhor o passado, mas sobretudo para poder projetar um sentido emancipatório sobre o nosso presente. Talvez ainda hoje a Revolução tenha muitas coisas a nos dizer a respeito de como superar o domínio alienante que o capitalismo tem sobre as nossas vidas ou de seus efeitos destrutivos sobre o planeta que habitamos.

Um bom ponto de partida pode ser revisar a sua história e deixar de lado as visões celebratórias e condenatórias, e os mitos construídos ao seu redor, que só serviram para oferecer visões distorcidas da realidade. Historicamente, por exemplo, sustentou-se que houve “duas revoluções”, uma em *fevereiro* e outra em *outubro*. Mas, como há pouco explicou o pesquisador Boris Kagarlitski (2017) em uma entrevista, é engraçado pensar que houve duas revoluções no mesmo ano e no mesmo país. Essa separação em duas é nitidamente política, e permitiu às correntes que a sustentaram condenar (no caso dos liberais) ou legitimar (no caso dos comunistas) o regime soviético de acordo com as suas respectivas posições. Ao mesmo tempo, reduzia a complexidade e ocultava a riqueza do movimento revolucionário.

A Revolução tem sido, desde sempre, objeto de uma forte disputa historiográfica. Superar os preconceitos mantidos durante grande parte da sua existência e rever as novas contribuições da historiografia talvez nos ajudem a pensar em uma nova narração de sua história que resgate, sem cair em idealizações ou esquematismos, as aspirações e práticas emancipatórias dos sujeitos que a protagonizaram.

A Revolução Russa durante a guerra fria

Durante o século XX a ideologia foi o que definiu o significado da Revolução Russa e, por consequência, a natureza da URSS: uma avaliação da Revolução pressupunha, de maneira inevitável, uma avaliação sobre o comunismo. É por isso que, em razão da guerra fria, foi difícil escapar de interpretações que continham juízos de valor a propósito dos episódios de 1917, e que serviram para legitimá-los ou condená-los segundo a caneta que escrevia.

Na União Soviética se construiu um relato que monopolizou a interpretação não apenas no interior do regime, mas também em grande parte do campo da esquerda (AAVV, 1939). A tomada do poder em outubro era retratada como o evento fundamental, e os bolcheviques, sob comando de Lenin, como os protagonistas decisivos, já que eram a vanguarda política da classe operária. Essa narração permitia construir uma linha direta entre o velho líder e os dirigentes posteriores, legitimando assim o Partido e seu lugar dentro da estrutura de po-

der da União Soviética. Apesar da força predominante da ortodoxia de Moscou, surgiram na esquerda outras interpretações que tentaram questioná-la. Não totalmente homogêneas, essas versões “heréticas” podem ser reunidas em três grandes correntes: a tese do “capitalismo de Estado” (Bettelheim, 1978), que acentuava a diferença entre a estatização e a socialização dos meios de produção realizada pelo governo revolucionário; a tese trotskista do “Estado operário degenerado” (Trotsky, 1937; Lewin, 1970; Deustcher, 1974), que via a URSS como uma “traição” dos ideais e das aspirações da Revolução; e a tese do que se poderia denominar “coletivismo burocrático” (Castoriadis, 2005), que depositava em 1917 a origem de uma nova classe dominante, a burocracia. Porém, a narrativa que prevaleceu dentro da esquerda continuou centrada em outubro, na classe operária e nos principais líderes do Partido Bolchevique. E mais: ainda hoje a história da Revolução continua a ser pensada em termos teleológicos e com categorias surgidas até mesmo antes de 1917 (Adamovsky, 1998, p.159).

A academia prontamente deu a sua versão, e as primeiras tentativas foram influenciadas pela assim chamada Escola do Totalitarismo, que, entre as décadas de 1940 e 1960, conduziu ao surgimento da *sovietologia clássica*. Impregnados fortemente dos preconceitos da guerra fria, esses pesquisadores construíram uma imagem que negava a outubro a condição de revolução e que apresentava, em contrapartida, os fatos como um “golpe de Estado” levado a cabo por um partido organizado e disciplinado, sob comando de um líder obcecado que havia aproveitado a crise aberta pela Primeira Guerra Mundial para tomar o poder (Friedrich; Brezezinski, 1965; Harendt, 1974). Estimulados pela enorme quantidade de recursos colocados à disposição para “estudar o inimigo”, os soviólogos construíram uma imagem da URSS que se manteve próxima da experiência nazista e que insistiu em encontrar sua chave de interpretação no regime político. Entre seus principais postulados, destacam-se a ênfase em desenvolver uma linha de continuidade entre Lenin e Stalin e em mostrar que as intenções de mudar radicalmente o mundo conduzem inevitavelmente ao totalitarismo. A preferência por engrandecer os alcances da modernização econômica das últimas décadas do tsarismo e em invisibilizar os problemas sociais e econômicos estruturais também os conduziu a descrever a Revolução como um acidente trágico que separou a Rússia do caminho “normal” da história (Pipes, 1990).

Por volta da década de 1960 surgiram as primeiras vozes críticas contra a interpretação totalitária, por meio da Teoria da Modernização e, sobretudo, de uma corrente *revisionista* surgida dentro da soviétologia norte-americana.¹ Em um contexto um pouco mais tranquilo tanto dentro da URSS como fora dela, as novas pesquisas foram dominadas pelo trabalho dos historiadores e por um interesse mais centrado nas dinâmicas sociais. Desse modo, os estudos resgataram o componente social da Revolução, vista como o resultado de uma mobilização popular genuína. Nesses relatos, os bolcheviques estavam situados como parte de uma tradição mais ampla, e o partido foi caracterizado de um modo mais aberto e democrático. Assim, quebrava-se a linha de continuidade entre Lenin e

Stalin, e reconhecia-se a existência de alternativas ao stalinismo (Cohen, 1980). Essas ideias foram, por sua vez, reforçadas pelas contribuições da História Social, cujos relatos colocavam os bolcheviques detrás das massas e procuravam reconstruir, sem cair em esquemas falsos, as tradições, culturas e valores específicos da classe operária (Ferro, 1975).

Dentro do campo acadêmico, essas duas correntes disputaram a produção de sentidos sobre a Revolução, cada uma prevalecendo em contextos diferentes e impondo temáticas e linhas de pesquisa. A dissolução da URSS, contudo, tirou o prestígio de ambas: dos soviétólogos clássicos, pela incapacidade de prever aquele final, e dos revisionistas, pela confirmação da inviabilidade de um projeto comunista. O novo contexto, definido pelo ressurgimento das políticas neoliberais, o desinteresse crescente pela história social, o impacto do pós-modernismo e a expansão de ideologias como a do “fim da história” tiveram como efeito o desdém pelo período da Revolução. O final trágico da União Soviética não apenas trouxe o fim do sonho comunista em escala mundial e a formação de mais de uma dezena de novos estados, como também uma reconfiguração significativa do campo historiográfico, em grande medida favorecido pela melhoria notável na disponibilidade de fontes, pelas mudanças nos enfoques teóricos e nas perspectivas metodológicas, e pelas possibilidades de intercâmbio entre diferentes tradições historiográficas. Sem abandonar inteiramente a política e as dinâmicas sociais, as novas pesquisas preferiram se concentrar em práticas, discursos e rituais, dando lugar a uma corrente mais culturalista, cuja presença se tornou dominante.

A Revolução Russa depois da queda

Diante do centenário, é legítimo e necessário que indaguemos sobre os modos usados pelos historiadores para moldar o conhecimento do passado e as temáticas que hoje prevalecem no estudo do fenômeno. Quais são as questões que os pesquisadores colocam sobre a Revolução Russa? Que interrogações atravessam seus trabalhos de maneira significativa? Como se conjugam as novas contribuições para construir um relato integrado do acontecimento? Responder essas perguntas não apenas nos ajudará a deixar de lado os piores vícios da guerra fria, como também nos permitirá tornar visíveis os problemas que enfrentamos na hora de recuperar a ideia de revolução, entendida como um modo de lançar luz sobre a ação coletiva.

Quando observamos os estudos recentes sobre a Revolução, fica claro que uma das mudanças mais significativas ocorreu na revisão de duas variáveis fundamentais, de tempo e espaço. As novas pesquisas questionaram a antiga tendência que se limitava a estudar as “duas revoluções” do ano de 1917 e elaboraram, em seu lugar, uma cronologia mais ampla, que se inicia com o deflagrar da guerra em 1914 e que termina em 1922 com o estabelecimento da URSS. Essas narrativas sustentam que é preciso começar em 1914 devido ao impacto da Primeira Guerra Mundial na reconfiguração do panorama político europeu, na desinte-

gração do Império Russo e nas transformações que inspiraram as instituições soviéticas, bem como no desenrolar de uma Guerra Civil na Rússia. Desse modo, a extensão temporal da Revolução se amplia e permite integrar fenômenos que tradicionalmente eram analisados em separado ou que eram interpretados como “causas” de outros fenômenos e não como parte integral de um único.

A ampliação cronológica teve também um correlato na questão espacial: a história se afasta da narrativa centrada em Petrogrado e se insere no marco mais extenso do Império Russo e de seus vínculos com a Europa. Tal afastamento permitiu ver que a Revolução foi produzida no interior de um espectro de descolonização muito mais amplo, que abarcou toda a Europa Oriental, e que não apenas deu cabo do poder dos impérios ali reinantes, mas também questionou o próprio dispositivo de dominação imperial (Lohr et al., 2014). O trabalho que melhor condensou essas posições foi o de Joshua Sanborn (2014), *Imperial Apocalypse: The Great War and the Destruction of the Russian Empire*. Ele gerou um impacto notável no campo historiográfico graças às duas ideias principais ali expostas: por um lado, a Primeira Guerra Mundial não foi uma contenda imperialista, mas uma guerra de descolonização; por outro, essa guerra não foi o prelúdio da Revolução. Ambas fizeram parte de um único processo, ou de um “*continuum* de crise” (Holquist, 2002). Assim, o tempo e o espaço da Revolução se reconfiguraram. Antes centrado no ano de 1917, ampliou-se para quase uma década formada pelo período de 1914 a 1922. Antes concentrado em Petrogrado, passou a abarcar o espaço constituído pelo Império Russo e pela Europa.

Em conexão estreita com esse ponto, veio a revisão de outro fenômeno costumeiramente associado com a Revolução Russa: o da expansão da violência política moderna. Durante a guerra fria, as causas eram geralmente buscadas nas “circunstâncias” do caso russo ou na difusão da “ideologia”. No primeiro caso, a violência era considerada consequência de uma predisposição histórica do povo russo “atrasado” (Figes, 2006). No segundo, como uma seqüela da introdução do marxismo (Pipes, 1990). Ambas as explicações se mostraram, porém, inadequadas para fornecer uma explicação sólida do fenômeno, na medida em que des-historicizavam o seu objeto de estudo. As novas pesquisas propuseram superar essa visão ao indagar as verdadeiras causas da violência em outros âmbitos e explorando seus efeitos reais sobre a sociedade. Desse modo, aspirava-se a inserir o problema em um contexto mais amplo, vinculado à Primeira Guerra Mundial e à crise europeia (Mayer, 2000). Se a violência era produto da interação entre determinadas circunstâncias e uma ideologia específica, propunham esses estudos, era preciso estudar as causas nas quais circunstâncias e ideologia se cruzaram e tornaram sua presença sentida com força durante a Revolução. Peter Holquist (2003) foi um dos primeiros a desenvolver esse enfoque e a propor que as convulsões domésticas da Rússia depois da fracassada Revolução de 1905 se conectaram com a crise geral europeia de 1914-1924 e, a partir de então,

disseminaram a violência pelo território russo. Em outras palavras, por volta de 1917 havia uma série de práticas violentas disponíveis (geradas pela dinâmica da “guerra total”) que se articularam a um contexto convulsionado na Rússia (a revolução). Em razão das demandas políticas e sociais do momento, essa violência se expandiu com fins revolucionários. Portanto, as causas não devem ser buscadas na Rússia “bárbara” ou no marxismo “sanguinário”.

Uma das contribuições mais significativas das novas pesquisas se vincula ao “descentramento” da narrativa sobre a Revolução e à exposição de conflitos múltiplos. Se os relatos mais convencionais haviam se concentrado em Petrogrado, na classe operária e no partido bolchevique, as novas pesquisas mostraram que a revolução teve múltiplas direções, sujeitos históricos e experiências que variavam de acordo com o foco do olhar: a capital ou as províncias; a classe operária ou os demais sujeitos sociais; o campo ou a cidade. Em relação ao primeiro caso, hoje é possível sustentar que o panorama ultrapassou o limite imposto pelo que aconteceu em Petrogrado, coexistente com uma diversidade de experiências revolucionárias que nem sempre foram cópia fiel do que se passava na capital. Como afirma Liudmila Novikova (2015, p.770), “cada província, e até mesmo cada distrito, tiveram sua própria combinação de fatores, e, neste sentido, sua própria revolução local”. Os historiadores, inclusive, tendem a evitar a aplicação do modelo do “duplo poder” para o interior, pois se tratou de um fenômeno observado com nitidez somente em Petrogrado. Nas províncias a situação foi bastante diferente, e as experiências ali observadas são variadas: a colaboração entre soviets e dumas, as coalizões de vários partidos, bolcheviques locais que preparavam agendas próprias e independentes das diretivas do centro (Badcock, 2007), ou até mesmo o surgimento de um Soviete de Desempregados em Odessa a desafiar o seu similar, de operários e soldados (Penter, 2015).

Em relação ao segundo caso, hoje está demonstrado que, embora a classe operária tenha participado da Revolução, ela não foi a única, e que, embora a tomada do poder tenha sido um objetivo, ele não era o único. Pelo contrário, houve uma multiplicidade de sujeitos sociais que fizeram a Revolução, como os soldados, os camponeses, os intelectuais, as minorias nacionais e uma multiplicidade de motivações que coincidiram nesse caldo revolucionário, e que, juntas, trouxeram a destruição do velho regime. A Revolução consistiu em um “processo de ‘desclassificação’, de transbordamento e superação das diferenças de classe entre as classes populares, e na construção, ainda que incipiente, de um *terreno subjetivo compartilhado*” (Adamovsky, 1998, p.21).

No que concerne à terceira questão, podemos considerar o que aconteceu com as rebeliões camponesas. As narrativas construíram habitualmente um padrão no qual os camponeses se opunham a um novo poder que nem sempre os levava em consideração. Para além das formas de ação direta conduzidas contra a requisição de grãos feita pelos bolcheviques, as revoltas no campo tiveram mais a ver com as condições locais e com outros fatores que nem sempre coincidiam

em escala nacional – os níveis de deserção durante a Guerra Civil, a disponibilidade de armas nas aldeias ou o surgimento de líderes carismáticos, como ocorreu na famosa rebelião liderada por Aleksandr Antónov na *óblast* de Tambóv por volta de 1920 (Landis, 2008).

Grande parte dos historiadores escolheu o campo da cultura para orientar suas pesquisas, resultando em contribuições talvez ainda maiores. Os avanços aconteceram em várias direções e, a partir desse ângulo, permitiram construir uma nova imagem sobre a Revolução e seus alcances. Uma mudança significativa se observou em uma dimensão delicada, a da propaganda política, na qual os bolcheviques haviam sido analisados como mestres no assunto. Contudo, as pesquisas demonstraram que sua utilização não foi muito diferente da que pode ser detectada em países centrais. Ademais, os bolcheviques utilizaram técnicas que pareciam bastante simples comparadas com as manipuladas nos Estados Unidos e na Europa durante o pós-guerra (Kenez, 1985). Nesse sentido, o culto à personalidade de Lenin, por exemplo, não esteve longe de outros, como o que pode ser observado em relação a Ronald Reagan (Kotkin, 1998, p.402).

Uma contribuição significativa foi trazida por Katerina Clark (1995) com o livro *Petersburg: crucible of cultural revolution*. Concentrando-se no lugar ocupado por São Petersburgo na cultura russa, a autora se afasta da definição de 1917 como o momento fundacional e recua quase uma década para examinar o papel desempenhado pela cultura letrada e, especialmente, pela ação das vanguardas e dos *intelliguenty* na formação de um clima revolucionário. A busca de um utopismo estético, a ideia de purificação e a rejeição do mercado foram o que atizou o ambiente, criando assim o “ecossistema” da Revolução. O trabalho de Clark é apenas um exemplo notável das novas pesquisas nesse sentido, como a feita por Lynn Mally (1990) para o estudo da formação de uma cultura proletária durante a década de 1920, James van Gelder (1993) na análise do papel desempenhado por festivais e comemorações criadores de uma nova identidade revolucionária, Catriona Kelly e David Shepherd (1998), ao abrir novas perspectivas e temáticas como o consumo, as identidades e o gênero, ou Michael David-Fox (1999) com a redefinição do polissêmico conceito de “Revolução cultural”.

A Revolução Russa também foi abordada pela historiografia para discutir se a Revolução – e portanto a URSS – podia ser vista como uma porta de entrada na modernidade. Com efeito, um debate central no campo historiográfico coloca frente a frente os chamados “modernistas”, ou seja, os que veem na Revolução e na URSS uma modernidade alternativa à ocidental,² e os “neotradicionalistas”, ou seja, os que veem a URSS como uma modernidade que reatualiza aspectos arcaicos.³ Quem chamou a atenção para essa divisão conceitual foi Michael David-Fox, ao sustentar que as duas posições ainda não desenvolveram seus conceitos com rigor. Nesse sentido, “modernidade” se converte em um termo impreciso e, muitas vezes, abstrato e teleológico (David-Fox, 2006). O histo-

riador propõe, em troca, o conceito de “modernidades enredadas [*entangled*]”, na medida em que permite internacionalizar os estudos russos e dar conta não tanto dos paralelos ou descontinuidades perante a modernidade ocidental, mas das apreciações e interações mútuas produzidas através das fronteiras.

O enfoque da História Transnacional é muito útil nesse sentido, já que permite que nos concentremos nos traços da história russa/soviética que transcendem os fenômenos internos ou domésticos, e destaca os vínculos específicos ou as conexões com outros países e áreas. Um deles é, precisamente, o das apropriações da modernidade dentro do sistema internacional. Ele ajuda a superar a discussão estéril a propósito de saber se a URSS era moderna por mérito próprio ou se somente incorporou, adaptou ou refutou elementos modernos (David-Fox, 2011). A partir de um enfoque desse tipo, a história da Revolução deixaria de centrar-se em explicações domésticas e ampliaria seu alcance de maneira exponencial. O próprio espaço da Revolução se transformaria, para começar a ser pensado não por meio das rígidas fronteiras dos estados nacionais (algo que, aliás, a Rússia nunca foi), e sim a partir do novo lugar onde os fenômenos acima enunciados se conectam, potencializam e transformam. O estudo da Revolução adquiriria, assim, uma dimensão mais ampla e se projetaria de modo global sobre toda a história do século XX.

A Revolução Russa hoje

Tudo posto, como narrar a Revolução Russa hoje? Que história contar depois de cem anos? Algumas tentativas gerais foram feitas nos últimos anos, como a de Aleksandr Chúbin (2014) em sua original narração da “Grande Revolução Russa de 1917”, ou S. A. Smith (2017), na compreensão da Revolução no contexto de um “Império russo em crise”. Neste ano provavelmente será publicada uma vasta quantidade de livros que, motivados pela efeméride, evoquem a Revolução a partir de vários lugares. Deveremos sempre estar atentos para questionar se essas publicações propõem uma leitura renovadora e atualizada ou se, pelo contrário, apresentam uma mera reatualização dos preconceitos e mal-entendidos do passado, na suas versões celebratórias ou condenatórias.

Nesse sentido, e para finalizar, gostaria de mencionar aqui duas grandes questões que sem dúvida melhorariam nossa aproximação à história da Revolução Russa e ajudariam a criar uma nova narrativa a partir do século XXI. Em primeiro lugar, o resgate da multiplicidade. Os novos estudos demonstraram que, para narrar uma história da Revolução, devemos nos distanciar dos relatos limitados, parciais e unidimensionais. Não apenas quanto ao sujeito social da Revolução, mas também quanto aos modos de estruturação do poder, a maneira de entender a violência política, as relações entre a capital e o interior e os diferentes conflitos sucedidos entre 1914 e 1922. Somente assim poderemos contar um relato que dê conta da dimensão global da Revolução, seus efeitos sobre os sujeitos sociais, as práticas alternativas abertas em termos políticos e sociais e suas potencialidades de transformação radical da sociedade, que levaram a

Revolução a converter-se em um farol para centenas de milhares de pessoas em todo o mundo.

Em segundo lugar, não é menor a contribuição dada pelos estudos culturais e por aqueles fundados na perspectiva da História Transnacional. Suas análises e descobertas nos levam a revisar o espaço, o tempo e os alcances da Revolução em termos holísticos. Nesse sentido, a Revolução foi um movimento muito mais que social e político. O atual contexto globalizador, no qual o cultural desempenha um papel fundamental como a área em que se jogam a dominação e a luta, é um indicador do lugar que esses mesmos aspectos puderam ter no passado. Desse modo, qualquer história da Revolução deveria conceder-lhe um lugar de destaque, sobretudo em um espaço como a Rússia, no qual as práticas culturais e artísticas tiveram um papel fundamental nas décadas anteriores e durante a Revolução.

Por fim, uma advertência metodológica, mas também política. Um objeto de estudo como a Revolução Russa tem uma carga simbólica importante para todos os que aspiram a construir um futuro diferente do atual. É isso, entre outras coisas, o que nos convida a desenvolver uma filiação com esses antepassados e não com outros. Mas não deve ser uma veneração acrítica, já que, nesse caso, o passado não seria uma fonte de inspiração e de sentido para a ação no presente, e sim um fardo. Como bem sabia o próprio Karl Marx, recordar as lutas do passado pode ser tão importante quanto “livrar-se alegremente delas”, com o fito de não repetir o passado e poder construir um novo futuro (Oberti; Pittaluga, 2006, p.172-80). Por isso é fundamental realizar uma escolha do legado e deixar de lado aquilo que signifique um obstáculo para as práticas concretas. Já que não é possível resgatar tudo do passado, é preciso produzir um esquecimento ativo, mas diverso do que foi gerado pelas classes dominantes. Um esquecimento que não seja simples omissão, mas um degrau que nos permita continuar a avançar no caminho da transformação radical da sociedade.

Notas

1 Entre outros, Stephen Cohen, Sheila Fitzpatrick e Lynne Viola.

2 Entre outros, destacam-se historiadores como Stephen Kotkin, Peter Holquist e David Hoffman.

3 Inspirados pelos trabalhos de Sheila Fitzpatrick, sobressaem aqui historiadores como Matthew Leone e Terry Martin.

Referências

AAVV. *Historia del Partido comunista (bolchevique) de la URSS*. Moscú: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1939.

ADAMOVSKY, E. *Octubre Hoy*. Conversaciones sobre la idea comunista a 150 años del manifiesto y 80 de la Revolución rusa. Buenos Aires: El Cielo por Asalto, 1998.

- BADCOCK, S. *Politics and the people in Revolutionary Russia: a provincial history*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- BETTELHEIM, C. *La lucha de clases en la URSS*. Madrid: Siglo XXI, 1978.
- CASTORIADIS, C. El régimen social de Rusia. In: _____. *Los dominios del hombre*. Las encrucijadas del laberinto. Barcelona: Gedisa, 2005.
- CHÚBIN, A. *Velikaia Rossiiskaia Revoliútsia: ot Fevraliá k Oktiabriu 1917 goda*. Moscou: Ródina Media, 2014.
- CLARK, K. *Petersburg: crucible of cultural revolution*. Cambridge: Harvard University Press, 1995.
- COHEN, S. *Bukharin and the Bolshevik Revolution*. A political biography, 1888-1938. Oxford: Oxford University Press, 1980.
- DAVID-FOX, M. What is a Cultural Revolution? *Russian Review*, v.58, n.2, p.181-201, 1999.
- _____. Multiple modernities vs. neo-traditionalism: on recent debates in Russian and Soviet history. *Jahrbücher für Geschichte Osteuropas*, v.55, n.4, p.535-55, 2006.
- _____. The implications of transnationalism. *Kritika: Explorations in Russian and Eurasian History*, v.12, n.4, p.885-904, 2011.
- DEUSTCHER, I. *La revolución inconclusa*. 50 años de historia soviética (1917/1967). México: Ediciones Era, 1974
- FERRO, M. *La Revolución de 1917 (La caída del zarismo y los orígenes de Octubre)*. Barcelona: Laia, 1975.
- FIGES, O. *La Revolución rusa (1891-1925)*. La tragedia de un pueblo. Barcelona: Edhasa, 2006.
- FRIEDRICH, C.; BRZEZINSKI, Z. *Dictadura totalitaria y autocracia*. Buenos Aires: Libera, 1965.
- HARENDT, H. *Los orígenes del Totalitarismo*. Madrid: Taurus, 1974.
- HOLQUIST, P. *Making war, forging revolution: Russia's continuum of crisis, 1914-1921*. Cambridge: Harvard University Press, 2002.
- _____. Violent Russia, Deadly marxism? Russia in the Epoch of Violence, 1905-21. *Kritika: Explorations in Russian and Eurasian History*, v.4, n.3, p.627-52, 2003.
- KAGARLITSKY, B. Lenin was a genius politician just because he urged to something that did not exist. *Realnoe Vremia*, 10 mar. 2017.
- KELLY, C.; SHEPHERD, D. *Constructing Russian culture in the Age of Revolution, 1881-1940*. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- KENEZ, P. *The birth of the propaganda State: Soviet methods of mass mobilization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- KOTKIN, S. 1991 and the Russian Revolution: Sources, Conceptual Categories, Analytical Frameworks. *The Journal of Modern History*, v.70, n.2, p.384-425, 1998.
- LANDIS, E. *Bandits and partisans: the Antonov Movement in the Russian Civil War*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2008.
- LEWIN, M. *El último combate de Lenin*. Barcelona: Lumen, 1970.

- LOHR, E.; TOLZ, V.; SEMYONOV, A.; VON HAGEN (Ed.) *The Empire and Nationalism at War*. Bloomington: Slavica Publishers, 2014.
- MALLY, L. *Culture of the future: the Proletkult Movement in Revolutionary Russia*. Berkeley: University of California Press, 1990.
- MAYER, A. *The furies: violence and terror in the French and Russian Revolution*. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- NOVIKOVA, L. The Russian Revolution from a Provincial Perspective. *Kritika: Explorations in Russian and Eurasian History*, v.16, n.4, p.769-85, 2015.
- OBERTI, A.; PITTALUGA, R. *Memorias en montaje*. Escrituras de la militancia y pensamientos sobre la historia. Buenos Aires: El Cielo por Asalto, 2006.
- PENTER, T. The Unemployed Movement in Odessa in 1917: The Social and National Revolution between Petrograd and Kiev. In: BADCOCK, S.; NOVIKOVA, L.; RETISH, A. (Ed.) *Russia Home Front in War and Revolution*. Bloomington: Slavica Publishers, 2015.
- PIPES, R. *The Russian Revolution*. New York: Knopf, 1990.
- SANBORN, J. *Imperial Apocalypse: The Great War and the Destruction of the Russian Empire*. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- SMITH, S. A. *Russia in Revolution. An Empire in Crisis, 1890-1898*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- TROTSKY, L. *La revolución traicionada*. Santiago de Chile: Ercilla, 1937.
- VAN GELDER, J. *Bolshevik Festivals, 1917-1920*. Berkeley: University of California Press, 1993.

RESUMO – A narração da Revolução Russa foi atravessada por fortes disputas ideológicas e interesses políticos surgidos, em grande parte, no calor da guerra fria. A dissolução da URSS em 1991 trouxe mudanças nas perspectivas teóricas, a melhora no acesso a fontes e novos contextos políticos que questionaram antigos preconceitos, embora não os tenham eliminado. Aos cem anos da Revolução, este artigo passa em revista os debates que se geraram historicamente e analisa as perspectivas abertas a partir das principais transformações na historiografia das duas últimas décadas, com o objetivo de apresentar uma possível história da Revolução Russa que supere preconceitos e distorções.

PALAVRAS-CHAVE: Revolução Russa, Centenário, Historiografia, Guerra fria, Vladimir Pútín.

ABSTRACT – The history of Russian Revolution was pervaded by strong ideological disputes and political interests that emerged at the height of the Cold War. The dissolution of the USSR brought several changes in theoretical perspectives, improved access to sources, and a new political context that questioned, but did not eliminate, prior

prejudices. A hundred years after the Revolution, this article reviews the debates that the event inspired and analyzes the perspectives that were opened with the main transformations in the historiography of the last two decades. The objective is to present a history of the Russian Revolution that overcomes prejudices and distortions.

KEYWORDS: Russian Revolution, Centenary, Historiography, Cold War, Vladimir Putin.

Martín Baña é doutor em História pela Universidade de Buenos Aires, Argentina. É professor adjunto encarregado da cátedra de História da Rússia na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires, como docente na Licenciatura em História da Universidade Nacional de San Martín e como pesquisador do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Conicet).

@ – martinbana@yahoo.com.ar

Tradução de Bruno Gomide. O original em espanhol – “¿Cómo narrar la historia de la Revolución rusa en su Centenario?” – encontra-se à disposição do leitor no IEA-USP para eventual consulta.

Recebido em 25.9.2017 e aceito em 6.10.2017.

¹ Faculdade de Filosofia e Letras, Universidade de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina.